

EMPREGO E SALÁRIO

A hora da negociação

*Calino Pacheco Filho**

As análises do último trimestre de 1991 indicavam perspectivas sombrias. A partir de outubro do ano passado, combinaram-se uma aceleração inflacionária e o aprofundamento do processo recessivo. No plano político, a falta de base no Congresso fez com que o Governo Federal recuasse na tentativa de aprovar o seu "Emendão" à Constituição.

Ingressamos em 1992 mais pobres e com mais concentração de renda. Segundo a Fundação SEADE, na Grande São Paulo, os 10% mais ricos da população, que, em 1989, detinham 43,8% da renda, passaram, em 1991, a se apropriar de 44,1%. Já o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados no Brasil, conforme dados do IBGE, passou do índice de 105,5 em 1989 para 97,3 em 1990 e daí para 80,75 em 1991.

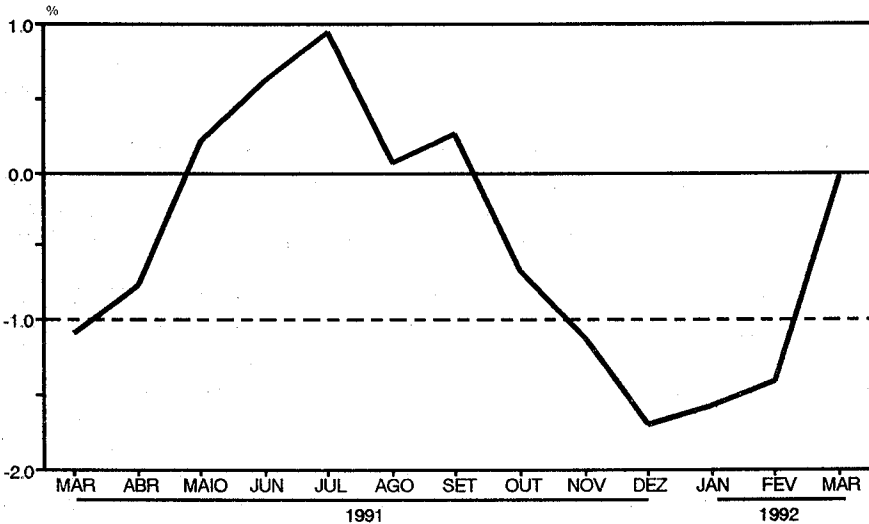
No início de janeiro de 1992, a FIESP divulgou uma previsão sobre o nível de emprego na indústria paulista para o primeiro trimestre do presente ano: seriam cortados 60.000 postos de trabalho no período. Apesar do impacto causado, a estimativa não era das mais pessimistas, na medida em que, no mesmo período do ano passado, o saldo de demissões ultrapassou 158.000.

De fato, a situação só não esteve pior neste primeiro trimestre porque muitas empresas, ao invés de demitir, optaram pelas férias coletivas, licenças remuneradas e redução de jornada de trabalho. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que abrange 500.000 trabalhadores, fez um acordo com a FIESP, através do qual, de novembro de 1991 até a primeira semana de fevereiro de 1992, haveria estabilidade no emprego. Os próprios empresários estavam preocupados, porque as demissões passaram a atingir os diferentes níveis hierárquicos, resultando em enxugamento de quadros administrativos e operacionais. Além disso, o desemprego já estaria afetando funcionários com mais tempo de serviço e muito treinamento, o que representa um custo adicional para as empresas. Essa situação levou o Presidente da FIESP, Mário Amato, a dizer que "(...) demitir, daqui por diante, é se esvair, é acabar com a empresa" (D.C.I., 14.1.92, p.3).

* Economista da FEE.

GRÁFICO 1

VARIAÇÃO MENSAL DO NÍVEL DE EMPREGO NA INDÚSTRIA
PAULISTA — MAR/91-MAR/92



FONTE: FIESP.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, quando se aproximava o término do prazo que estabilizava os trabalhadores no emprego, propôs um novo acordo que diminuía a jornada de trabalho, com redução proporcional de salários, em troca de uma garantia no emprego por 180 dias. Através de uma "flexibilização da jornada de trabalho", as empresas poderiam reduzir horas trabalhadas e salários por um período de três meses. No trimestre seguinte, as horas e os pagamentos cortados no período anterior seriam repostos. Apesar de contar com uma certa simpatia dos empresários, o acordo acabou não ocorrendo por empecilhos na legislação trabalhista. Foi acertado, porém, que toda a empresa que efetuasse demissões de 19 de fevereiro a 31 de março pagaria aos trabalhadores, além dos direitos legais, a indenização de um salário nominal. Afora isso, foi criada uma comissão formada por metalúrgicos e empresários que deverão discutir, permanentemente, as questões trabalhistas — política salarial, demissões, jornada de trabalho, etc. —, antes levadas à mesa de negociação apenas por ocasião da data-base.

O Fórum Paulista de Desenvolvimento, criado no final de 1991 e composto por organizações empresariais (FEBRABAN, ANFAVEA, FIESP, etc.), centrais sindicais (CUT, CGT, Força Sindical), Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura de São

Paulo, enfrentou, desde meados de janeiro deste ano, intensa pauta de discussões, procurando encontrar formas de entendimento entre os participantes e saídas não recessivas para combater a inflação. No final de janeiro, o "Pacto Paulista" já tinha gestado as seguintes propostas:

- a) câmaras setoriais¹ para discutir, com o apoio técnico do DIEESE e da FIPE, alinhamento de preços, salários e tributos;
- b) a partir de março, verbas de aproximadamente US\$ 40 milhões serão destinadas pelo Governo do Estado de São Paulo à construção de 93.000 casas populares, como forma de criar empregos;
- c) o Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) deverá ser utilizado para a compra de ações, principalmente de pequenas e médias empresas, que seriam capitalizadas com recursos sociais.

A FIESP acabou não assinando o documento de criação das câmaras setoriais por discordar de um dos pontos propostos que implicaria que as empresas abrissem os livros para demonstrar a composição de custos e margem de lucros, condição para a negociação de preços, salários e tarifas. Entretanto, mesmo com o recuo da FIESP, o "Pacto Paulista" constitui-se numa experiência concreta de entendimento, para atenuar os efeitos econômicos e sociais da recessão, na tentativa de evitar que ela se desdobre numa crise de conseqüências imprevisíveis. As soluções, naturalmente, não surgirão do dia para a noite, mas o fato de haver predisposição ao diálogo é o primeiro passo para que se possa vir a definir um acordo mais abrangente a nível nacional.

A partir de fevereiro, o Governo começa a falar em queda da inflação. É certo que foi momentaneamente estancada a aceleração inflacionária que beirou o descontrole em outubro de 1991. Nesse momento, a profunda recessão da economia, a queda da massa real de salários e a entrada no mercado de uma safra agrícola bastante boa são forças muito poderosas agindo contra o aumento de preços, se bem que os setores oligopolistas ou monopolistas, sejam privados, sejam controlados pelo Governo, não estão sendo afetados pela queda das vendas e mantém seus reajustes acima de 30% ao mês. O que se pode afirmar hoje é que a inflação está oscilando na casa dos 20% e, aparentemente, sem fôlego para explodir, mas também sem um indicativo seguro de que possa cair para um dígito no segundo semestre deste ano, como quer o Ministro Marcílio Marques Moreira.

A aprovação pelo FMI da Carta de Intenções apresentada pelo Brasil trouxe otimismo ao Governo e ao setor empresarial. Pelo acordo, o País poderá negociar em melhores condições a dívida com os credores privados e com o Clube de Paris e receber empréstimos já a curto prazo. No entanto o acordo implica manter a economia presa a um processo recessivo, na medida em que o Governo se compromete a conservar os juros nos atuais patamares, a fazer com que o PIB tenha crescimento zero em 1992 e a efetuar uma contenção rigorosa de gastos públicos. A inflação seria gradualmente reduzida de 25% em janeiro para 2% em dezembro deste ano.

¹ É necessário ressaltar que as câmaras setoriais propostas pelo "Pacto Paulista" são fóruns de negociação entre trabalhadores, empresários, Governos Estadual e Municipal, cujo objetivo é o alinhamento de preços relativos, salários e tributos. Das câmaras setoriais implantadas a partir da gestão da ex-Ministra Zélia Cardoso de Melo, participam apenas Governo Federal e empresários, para definir questões relativas a preços.

Em março, foi firmado um importante acordo, envolvendo a indústria automobilística, do qual participaram o Governo Federal, Governos Estaduais, montadoras, indústrias de autopeças, concessionárias e sindicatos. Além de sua importância do ponto de vista econômico, expressa um significativo avanço do ponto de vista político. Depois de muitos anos, o entendimento saiu do discurso, e agentes econômicos e Governo sentaram à mesa não apenas para constatar as eternas divergências, mas, principalmente, para definir pontos em comum, agindo de forma concreta sobre os problemas existentes. Pelo acordo, os preços de tabela dos automóveis são reduzidos em 22% pelo prazo de 90 dias. Os preços não estão congelados nesse período, mas só podem ter reajustes em decorrência de aumento de custos. Os Governos Federal e Estaduais concedem redução de 18% para 12% nas alíquotas de IPI e ICMS, para baixar o preço dos carros. As empresas participam com o corte de 10% em suas margens de lucro, sendo 4,5% pelas montadoras, 3% pelos fornecedores de autopeças e 2,5% pelos concessionários. Os trabalhadores terão estabilidade no emprego por 90 dias, sendo os seus salários reajustados, nesse período, pela média das variações dos índices da FIPE e do DIEESE do mês anterior, e, também, reposição das perdas salariais anteriores através do índice a ser estabelecido. A data-base dos metalúrgicos do ABC será transferida de 1º de abril para 1º de julho deste ano. Um grupo de trabalho, constituído pelo Governo, empresários e trabalhadores do setor automobilístico, irá monitorar os reajustes durante a vigência do acordo de redução de 22% dos preços dos automóveis. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo propôs aos empresários do setor a extensão do acordo para todo o setor metalúrgico.

O nível de emprego na indústria paulista, neste primeiro trimestre de 1992, foi baixo, e foram ultrapassadas levemente as previsões da FIESP de que seriam cortados 60.000 postos de trabalho. Porém, se se compararem os dados do primeiro trimestre deste ano com os do mesmo período de 1991, verifica-se que a situação atual é significativamente melhor. É importante registrar também que, embora o nível de emprego tenha apresentado taxas mensais negativas de dezembro de 1991 a março de 1992, no momento elas se encontram num processo de desaceleração. Senão vejamos: dezembro de 1991 (-1,70), janeiro de 1992 (-1,58), fevereiro de 1992 (-1,42) e março de 1992 (-0,77).

Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela Fundação SEADE/DIEESE na Grande São Paulo mostra que, em fevereiro de 1992, se aprofundou o processo de deterioração das condições do mercado de trabalho, sendo eliminados 186.000 postos de trabalho. Os principais atingidos foram os autônomos e assalariados sem carteira assinada do Comércio e dos Serviços. Também cresceu o número de chefes de domicílio desempregados; nunca a PED registrou, no mês de fevereiro, uma taxa de desemprego tão alta (8,2%). Por sua vez, a taxa de desemprego total (13,1%) foi a mais elevada desde junho de 1991.

Segundo o Banco de Dados Salariais do DIEESE — baseado no levantamento dos salários de 75 categorias de diversos setores e regiões do País —, no ano de 1991 foi mantido o arrocho salarial iniciado com o Plano Collor I. Os salários mantiveram, em média, durante todo o ano, apenas 30 ou 40% do poder aquisitivo que tinham em março de 1990. Do total de categorias, 96% tiveram outros reajustes, além da reposição da data-base e dos previstos pela lei, mas só conseguiram estender, muito precariamente, os limites impostos pela legislação e minimizar os efeitos perversos da inflação. A Tabela 1 compara o mês de dezembro de 1991 em relação a março de 1990, onde se

se constata que 89% das categorias integrantes do levantamento apresentam perdas nos salários reais superiores a 50%. Do total de categorias, 99% estavam, em dezembro último, com o salário real valendo até 60% do que valia no início do Governo Collor. Apenas 1% das categorias manteve poder de compra entre 60% e 70% do salário de 1º.03.90. Nenhuma das categorias pesquisadas preserva mais de 70% dos salários reais.

Tabela 1

Categorias por faixas de salários reais a partir do Plano Collor I — dez./91

SALÁRIOS REAIS (1)	NÚMERO DE CATEGORIAS POR FAIXA DE SALÁRIO REAL	PERCENTUAL DE CATEGORIA POR FAIXA DE SALÁRIO REAL	
		Categoria por Faixa	Acumulados
De 10,00 a 20,00%	3	4,00	4,00
De 20,01 a 30,00%	12	16,00	20,00
De 30,01 a 40,00%	24	32,00	52,00
De 40,01 a 50,00%	28	37,33	89,33
De 50,01 a 60,00%	7	9,33	98,67
De 60,01 a 70,00%	1	1,33	100,00

FONTE: DIEESE. Sindicato de Trabalhadores.

(1) Os dados têm por base 1º.03.90=100 e foram deflacionados pelo ICV-DIEESE.

Em meados de março, as denúncias de corrupção avolumaram-se feito uma bola de neve e atingiram o núcleo decisório do Governo. Vários ministros e secretários, como Margarida Procópio, Alceni Guerra, Leoni Ramos e Antonio Rogério Magri, foram atingidos diretamente pelas denúncias de irregularidades. Esse grau de comprometimento da máquina do Governo fez com que o Presidente Collor desencadeasse uma reforma ministerial que se constituiu, basicamente, em uma limpeza das áreas atingidas pelas denúncias, no reforço do Ministro Márcilio Marques Moreira e de sua política econômica e na tentativa de atração de outras forças políticas — hoje na oposição —, para apoiar o Governo e até participar de uma "coalizão". O que ocorreu não foi uma mudança de rumos, nem ao menos uma simples rediscussão do plano recessivo do Governo, haja vista que o Plano de Metas apresentado para o PSDB e o PDT não passava de um resumo do Plano Plurianual que já tinha sido examinado e aprovado pelo FMI. O Presidente Collor continua querendo adesão e não alianças.

Chegamos no segundo ano do Governo Collor com o País mergulhado na recessão, com a inflação num patamar perigosamente elevado, um grande contingente de desempregados e salários cada vez mais achatados.

Bibliografia

DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA (14.1.92). São Paulo. p.3.

DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA (31.1.92). São Paulo. p.5.

DIVULGAÇÃO DIEESE (1992). São Paulo, DIEESE, fev.

FOLHA DE SÃO PAULO (14.3.90). São Paulo. p.1-3.

FOLHA DE SÃO PAULO (2.2.92). São Paulo. 3-2.

GAZETA MERCANTIL (11.2.92). São Paulo. p.9

MACROMÉTRICA: boletim mensal (1992). Rio de Janeiro, mar.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1992). São Paulo, SEADE, fev.